

CARLOS PINKUSFELD BASTOS

BRUNO RODRIGUES PEREIRA

ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO, TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E A TRADIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Recebido em 21/03/2024

Aprovado em 13/05/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1121

ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO, TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E A TRADIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Resumo

A teoria estruturalista latino-americana está diretamente relacionada à teoria do desenvolvimento, compartilhando com esta alguns elementos teóricos cruciais, como o papel decisivo da heterogeneidade estrutural, distanciando-se da ortodoxia marginalista. A teoria do desenvolvimento, por sua vez, supre o vazio deixado pela distância da abordagem marginalista recorrendo a aspectos teóricos e metodológicos da Economia Política Clássica. Este trabalho visa retratar as conexões entre o estruturalismo latino-americano, a teoria do desenvolvimento e a tradição da economia política clássica, com ênfase em duas principais áreas: as teorias da acumulação e as teorias de inflação. Ao reconstruir esta conexão, mostramos que o estruturalismo latino-americano representa um avanço com relação à Teoria do Desenvolvimento tradicional, mas que esta visão teórica apresenta limitações analíticas que podem ser superadas apelando aos avanços recentes das formulações teóricas heterodoxas e incorporando, em particular, elementos da moderna abordagem do excedente.

Palavras-chave: estruturalismo latino-americano; teoria do desenvolvimento; economia política clássica; abordagem do excedente; inflação

CARLOS PINKUSFELD BASTOS

Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Email: pinkusfeld@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3895-1461>

BRUNO RODRIGUES PEREIRA

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Email: b.rodrigues.pereira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7336-330X>

Abstract

Latin American structuralist theory is directly related to development theory and shares with it some central theoretical elements, such as the crucial role of structural heterogeneity, and distances itself from marginalist orthodoxy. Development theory, in turn, fills the gap created by the distancing from the marginalist approach by drawing on theoretical and methodological aspects of classical political economy. This paper will trace the links between Latin American structuralism, development theory and the tradition of classical political economy, focusing on two main areas: Accumulation Theories and Inflation Theories. By reconstructing this connection, we show that Latin American structuralism represents an advance over traditional development theory, but that its theoretical vision has analytical limitations that can be overcome by drawing on recent advances in heterodox theoretical formulations and by incorporating elements of the modern surplus approach.

Keywords: Latin American Structuralism; Development Theory; Classical Political Economy; surplus approach; inflation

I. Introdução

A ligação entre a teoria do desenvolvimento da década de 1950 e a Economia Política Clássica é bem conhecida. Da necessidade de um salário real/ de subsistência exógeno, tal como definido por Lewis (1954) no seu trabalho seminal, à visão das economias subdesenvolvidas como caracterizadas pela existência persistente de um “desemprego disfarçado”, a teoria do desenvolvimento baseou-se em aspectos teóricos e metodológicos da Economia Política Clássica. Ainda assim, essas opções analíticas, bem como a ideia de que a intervenção pública seria justificada pela existência de falhas de mercado (externalidades pecuniárias), caracterizam a teoria do desenvolvimento, por mais crítica que seja, como uma teoria que se justifica pela existência de imperfeições no funcionamento do mecanismo de mercado, ou uma teoria para uma formação particular, com características específicas, que deve ser tratada como um caso especial de uma economia capitalista supostamente “normal”, segundo a abordagem marginalista. Ademais, essas características particulares e falhas de mercado desapareceriam com o próprio avanço das forças produtivas.

O estruturalismo latino-americano está diretamente relacionado com a teoria do desenvolvimento e partilha com ela alguns dos seus principais elementos teóricos, como o papel crucial da heterogeneidade estrutural. Apesar dessas semelhanças, no entanto, existem peculiaridades no estruturalismo latino-americano, seja em aspectos teóricos ou empíricos específicos ou mesmo em questões de ênfase, como no caso do tratamento da tendência para os termos de troca ou, mais genericamente, da teoria do comércio exterior. É sabido que Sir Hans Singer é um pioneiro na análise da tendência de deterioração dos termos de troca, mas também é verdade que a importância de tal aspecto empírico/teórico, por exemplo no “*Big Push*” de Rosenstein-Rodan e no trabalho de Nurkse, é bastante limitado. Por outro lado, uma tendência estrutural de piora, sendo a restrição externa elemento fundamental para explicar os limites ao desenvolvimento, está no cerne das políticas de industrialização propostas pelo estruturalismo latino-americano.

Dada esta mistura de características, algumas sobrepostas e outras distintas, este artigo busca examinar inicialmente esta ligação “mais estreita” entre o estruturalismo latino-americano, a teoria do desenvolvimento e a economia política clássica. Da abordagem metodológica a alguns aspectos teóricos específicos, pode-se até dizer que esta ligação poderia ser mais próxima do que aquela encontrada na teoria do desenvolvimento.

Contudo, ao discutir esta ligação, surge um segundo ponto que será objeto de análise: buscaremos mostrar, também, até que ponto esta tradição contém elementos que representam um avanço em relação às abordagens então dominantes nas décadas de 1950 e 1960. Adicionalmente busca-se apresentar algumas limitações analíticas do estruturalismo latino-americano que poderiam ser superadas pela incorporação de aspectos teóricos da moderna abordagem do excedente.

Tal abordagem crítica da teoria estruturalista latino-americana abrange duas áreas principais: teorias de acumulação e teorias de inflação. Para dar conta deste conjunto de questões, este artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, na segunda seção, trataremos dos fundamentos teóricos e metodológicos que conectam a Economia Política Clássica, a teoria do desenvolvimento e a teoria estruturalista na América Latina. Na terceira seção discutiremos a visão estruturalista de acumulação, seus avanços, desenvolvimentos e limitações, sendo o mesmo feito para a teoria da inflação na seção quatro. Uma última seção, com considerações finais e uma sugestão de síntese da tradição estruturalista com as modernas contribuições teóricas heterodoxas, conclui o artigo.

2. Economia Política Clássica e estruturalismo: fundamentos teóricos e metodológicos

O objetivo desta seção é esboçar uma breve fundamentação teórica que ligaria a abordagem do excedente da Economia Política Clássica à

teoria do desenvolvimento do pós-guerra¹ e, finalmente, ao estruturalismo latino-americano. O primeiro passo necessário para isso é caracterizar a chamada Economia Política Clássica.

Primeiramente, caracterizamos a Economia Política Clássica de forma bastante simplificada, como uma escola cujos principais eixos analíticos podem ser encontrados na obra seminal de Willian Petty, no século XVII, nas contribuições de Smith e Ricardo, chegando, finalmente, à obra de Marx. O excedente econômico, a criação no processo produtivo, apropriação e utilização na economia é o elemento teórico unificador ou fio analítico que atravessa a obra de autores que abrange mais de dois séculos.

Esta produção, apropriação e utilização do excedente não ocorre num vácuo, mas refletem condições materiais específicas da sociedade: as condições técnicas de produção, as relações de classe que condicionam a apropriação do excedente e elementos mais gerais, como a situação geoeconômica e geopolítica dos diferentes países e mesmo das instituições vigentes, para as quais a organização do poder público é fundamental.

Todos estes são elementos estruturais de uma formação econômica particular, cuja expressão está condicionada historicamente².

Outro ponto teórico-metodológico diz respeito à natureza da questão central da Economia Política Clássica, que estava relacionada com o processo

¹ A abordagem apresentada em Rodríguez (2009) dá maior ênfase aos aspectos metodológicos, o que difere da abordagem adotada neste trabalho. Para essa visão, que não é incompatível, mas contém elementos diferentes daqueles aqui apresentados, ver Rodríguez (2009, p. 40–57). A primeira parte do mesmo livro (p. 61–92), que trata especificamente de aspectos históricos ligados ao surgimento da abordagem estruturalista, é inteiramente compatível com a abordagem aqui adotada.

² A maior ou menor “historicidade” na análise da Economia Política Clássica é questionada por Bharadwaj (1986) quando afirma que os autores clássicos anteriores a Marx consideravam “... construções teóricas particulares como ‘verdades eternas’, universalmente aplicáveis a todos os tempos. É em Marx que se obtém um reconhecimento mais claro e explícito de que os conceitos e categorias, em termos dos quais o analista constrói um sistema teórico, são específicos do próprio modo de produção historicamente desenvolvido. Uma conotação desta visão é que o processo de abstração teórica deve ser fundado em observações históricas e deve encontrar a sua justificação em termos do seu poder de compreender e interpretar a experiência histórica” (Bharadwaj, 1986, p. 5, tradução nossa). [No original: “... particular theoretical constructions to be ‘eternal truths’, universally applicable to all times. It is in Marx that one obtains a clearer and more explicit recognition that the concepts and categories in terms of which the analyst builds up a theoretical system are specific to the historically developed mode of production itself. A connotation of this view is that the process of theoretical abstraction must be founded on historical observations and must find its justification in terms of its power to understand and interpret historical experience.”]

de acumulação de capital, ou, se quisermos usar uma expressão mais moderna, com o “desenvolvimento das forças produtivas”. Bharadwaj resume bem este ponto quando define a questão que move os autores desta tradição da seguinte forma: “De que depende o progresso geral da riqueza de uma nação?”³ (1986, p. 6, tradução nossa).

Como mencionado acima, o caráter nacional e geopolítico de um “projeto” de desenvolvimento econômico já está claro nas obras dos Fisiocratas, os iniciadores da tradição da Economia Política Clássica:

Os trabalhos econômicos de Quesnay foram escritos entre 1756 e 1769, durante o reinado de Luís XV. A França estava cada vez mais atrasada em relação à Inglaterra, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista geopolítico. A derrota para a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos foi uma demonstração clara deste declínio. Para Quesnay, a França da época era economicamente subdesenvolvida (especialmente se comparada com a Inglaterra), passando por escassez alimentar endêmica e fomes periódicas ... Quesnay e os fisiocratas estavam preocupados com a questão da boa governança, que permitiria à França recuperar a sua supremacia na Europa a partir de do ponto de vista político, militar ou econômico ... Na sua opinião, a única forma da França competir com o seu poderoso vizinho inglês era, então, aumentar a riqueza do país. Quesnay via a riqueza como resultado da produção, não do comércio. Para ele, o principal objetivo do governo francês deveria ser a implementação de reformas que pudessem aumentar o tamanho do produto excedente da economia⁴ (SERRANO; MAZAT, 2016, p. 82, tradução nossa).

³ No original: “On what does the general progress of a nation’s wealth depend?”

⁴ No original: “Quesnay’s economic writings were written between 1756 and 1769 during the reign of Louis XV. France was increasingly lagging behind England from both the economic and geopolitical point of view. The defeat against England in the Seven Years War was a clear demonstration of this decline. To Quesnay, France at the time was economically underdeveloped (especially if compared to England), going through endemic food scarcity and periodic famines ... Quesnay and the Physiocrats were concerned with the issue of good governance that would allow France to regain its supremacy in Europe from the political, military, or economic point of view. ... In their view, the only way for France to compete with its powerful English neighbor was, then, to increase the country’s wealth. Quesnay saw wealth as being the result of production, not of trade. For him the main purpose of the French government should be the implementation of reforms that could increase the size of the surplus product of the economy.”

É evidente que a apropriação e utilização de tais excedentes são fundamentais para explicar o processo de progresso material, no qual o investimento em nova capacidade produtiva é uma variável central. Esta questão foi analisada pelos autores clássicos, e especialmente por Ricardo, que explicitou que, dada uma variável distributiva, o salário real, pode-se obter uma outra variável distributiva, os lucros, e os preços relativos. Os lucros, por sua vez, são variáveis centrais no esquema clássico do processo de acumulação de capital.

Neste esquema analítico, a variável distributiva exógena, o “salário de subsistência”, depende de uma complexa rede de determinações sociais em que o poder de barganha dos trabalhadores é fundamental, o que, por sua vez, reflete outras variáveis sociopolíticas, como convenções sobre o nível de vida dos assalariados, a organização da classe trabalhadora, a situação de maior ou menor procura no mercado de trabalho, entre outras.

Como veremos, a ligação teórico-metodológica entre a abordagem clássica do excedente, a teoria do desenvolvimento e, especialmente, o estruturalismo latino-americano⁵ é clara, assim como a sua incompatibilidade teórico/factual com a ortodoxia marginalista, que tem sido a corrente principal da ciência econômica desde o final do século XIX.

Tal ruptura é obviamente radical e intransponível⁶. Originalmente, o Marginalismo substituiu a abordagem materialista baseada nas relações concretas e históricas entre classes sociais pelo subjetivismo das preferências individuais e pela interação entre um número infinito de atores atomizados. Enquanto a Economia Política Clássica adota uma abordagem macro

⁵ Vale ressaltar aqui que existe uma importante cisão entre a abordagem clássica do excedente e o estruturalismo latino-americano no que diz respeito à teoria do comércio exterior, especificamente no que diz respeito ao domínio da teoria das vantagens comparativas ricardianas. Inicialmente, mesmo sem ir muito longe em uma discussão mais profunda, deve-se sempre notar que a versão de Ricardo sobre o comércio exterior, em que o mecanismo de preços se dá através dos movimentos do ouro e da Teoria Quantitativa da Moeda, não pode ser confundida com a abordagem marginalista, na qual a equalização da remuneração dos fatores de produção tem forte implicação em termos de política econômica. Em qualquer caso, deve-se reconhecer que o estruturalismo latino-americano sempre se rebelou explicitamente contra a “ortodoxia ricardiana” (sic) em relação ao comércio exterior, como veremos mais adiante nesta seção.

⁶ Para uma apresentação resumida dos fundamentos desta abordagem, ver Garegnani e Petri (1989).

e sistêmica, por assim dizer, o Marginalismo é essencialmente microeconômico nos seus fundamentos, e as conclusões macro resultam de uma “soma” dos comportamentos individuais.

Neste sentido, um dos principais resultados macro desta abordagem, a plena utilização dos fatores de produção, garantida pela ausência de rigidezes que impeçam tal tendência, é diretamente confrontado pela teoria do desenvolvimento, cujo elemento central é a existência de desemprego “disfarçado”, muito enfatizado no estruturalismo latino-americano como resultante da “heterogeneidade estrutural”.

Antecipando um ponto que será mais bem explorado à frente, vale a pena notar que a visão do estruturalismo latino-americano de restrição ao desenvolvimento devido ao comércio exterior está completamente em desacordo com a leitura marginalista, na qual a abertura da economia levaria a uma homogeneização da remuneração dos fatores de produção e a uma eventual convergência condicional entre países.

Em suma, a corrente marginalista dominante a partir do final do século XIX não encontra pontos de contato teórico-metodológicos, e, com isso, menos ainda resultados empíricos com a teoria do desenvolvimento e, em especial, diríamos ainda mais enfaticamente, com o estruturalismo latino-americano.

Não é nosso objetivo empreender uma revisão sistemática da teoria do desenvolvimento⁷, mas apenas apontar que o corpo de conhecimento desta abordagem, ao qual o estruturalismo latino-americano esteve historicamente e teoricamente ligado, abandona, ainda que provisoriamente, pressupostos teóricos marginalistas para retornar ao caráter inerentemente mais complexo, social e historicamente determinado, da Economia Política Clássica no que diz respeito à acumulação de capital.

Este distanciamento de alguns pressupostos marginalistas é encontrado em um conceito-chave do artigo seminal de Lewis (1954), “Desenvolvimento

⁷ Para um resumo desta teoria, ver Bastos e Britto (2010); e para alguns comentários críticos relevantes, Serrano & Medeiros (2004).

econômico com oferta ilimitada de trabalho”. Lewis reconhece a existência de uma dualidade no mercado de trabalho, que por sua vez reflete diferentes estruturas de produção, com um setor moderno que é capitalizado e outro em que os trabalhadores dos países subdesenvolvidos atuam em atividades que envolvem a utilização de pouco capital. Esta formulação é consistente com o conceito de heterogeneidade estrutural formulado por Aníbal Pinto, que caracteriza o subdesenvolvimento pela existência de um desemprego “disfarçado” e de um salário de subsistência nos setores não capitalizados, seja a agricultura para produção familiar doméstica ou o trabalho informal urbano. A existência de um salário de subsistência que não seja determinado pela oferta e demanda de trabalho no mercado capitalista, com plena utilização do fator capital, é a chave para o retorno analítico a um esquema de distribuição de excedentes que depende de uma variável exógena, no caso o salário, como na teoria clássica.

A esta ruptura importante a teoria do desenvolvimento acrescentou outras “falhas de mercado” que existiriam nas economias subdesenvolvidas sob a forma de “externalidades pecuniárias”. Estas falhas impediriam que tais economias seguissem um processo normal nos termos da ortodoxia marginalista e, em última análise, justificariam as intervenções do setor público, para coordenar/implementar projetos abrangentes no âmbito do crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan (1943) (“*Big Push*”) ou de acordo com o crescimento desequilibrado de Hirschman (1958). Estas intervenções seriam cruciais para alcançar a própria definição mais usual de desenvolvimento econômico: acumulação de capital com mudança estrutural. As economias subdesenvolvidas passariam assim para situações em que há uma mudança no mercado de trabalho, na estrutura produtiva e no comércio exterior com uma diminuição gradual da participação dos setores primários e um aumento dos setores industrial e de serviços⁸.

É importante salientar que a Teoria Clássica do Excedente do século XIX interpreta o processo de acumulação de capital segundo a Lei de Say. Neste

⁸ Para esta análise, ver Syrquin (1988).

caso, com a oferta de poupança sendo igual ao investimento, uma maior apropriação do excedente pelos capitalistas levaria a uma maior acumulação de capital. A Lei de Say, adotada pelos clássicos, especialmente Ricardo, também está presente na teoria do desenvolvimento da década de 1950 e até mesmo em diversas contribuições dos estruturalistas latino-americanos, como tentaremos explorar mais adiante neste trabalho⁹.

Esta é basicamente a estrutura geral da teoria do desenvolvimento e nesta encontramos muitos pontos de superposição com o estruturalismo latino-americano. No entanto, há uma característica importante que foi adotada a partir das contribuições seminais de Raúl Prebisch e que dá um grau de identidade e originalidade à sua construção narrativa/teórica.

O estruturalismo da Cepal surgiu como uma crítica à falsa generalidade da teoria econômica vigente¹⁰, que era incapaz de fornecer respostas que correspondessem às realidades latino-americanas das décadas de 1940 e 1950.

O ponto central desta vertente – que foi iniciada com a trilogia de “manifestos” de Prebisch (1949; 1950; 1951) – é a distinção entre economias periféricas e centrais, que se refere à forma como os países foram inseridos na divisão internacional do trabalho, com base em suas diferentes estruturas produtivas.

As regiões periféricas, como mencionado anteriormente, caracterizam-se, em contraste com o centro, por uma estrutura produtiva menos diversificada e especializada em bens primários, com forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão de obra com rendimentos próximos do nível de subsistência, bem como uma estrutura institucional desfavorável à acumulação (parte do excedente é desperdiçada, por exemplo, em investimentos improdutivos e consumo supérfluo) (BIELSCHOWSKY & MUSSI, 2006).

⁹ Para uma discussão sobre este ponto, ver Bastos & Britto (2010) e Bastos & D’Avila (2009).

¹⁰ Em relação à teoria tradicional do desenvolvimento, como mostramos, há muita continuidade, o que é confirmado pelo fato de a hipótese de Prebisch sobre o comércio exterior também ter sido formulada por Sir Hans Singer (1949). Contudo, para alguns autores como Ragnar Nurkse, a questão das limitações impostas à economia pelos desequilíbrios do comércio exterior não assumiu o mesmo papel relevante encontrado nos autores latino-americanos. Para uma revisão desse debate, ver Bastos e Oliveira (2020).

As relações entre a periferia e o centro são estudadas considerando estas características. Dentro de tal referencial analítico, a ideia da deterioração dos termos de troca como fator limitante ao desenvolvimento dos países periféricos ocupa um papel importante.

A conclusão empírica de que o preço dos bens exportados da periferia (bens primários) tende a cair em relação aos bens importados do centro (bens manufaturados) contradiz a visão marginalista da vantagem comparativa, segundo a qual uma maior produtividade da indústria no centro tenderia a baixar o preço dos seus produtos e, assim, a melhorar relativamente o rendimento da periferia. Esta hipótese é confirmada por uma tendência secular que está, no entanto, sujeita a fortes flutuações no médio prazo (OCAMPO e PARRA, 2004).

Entretanto, há outro mecanismo que explica com ainda mais força e generalidade a tendência para o desequilíbrio externo nos países latino-americanos: a diferença nas elasticidades-renda das exportações e das importações. Tal diferencial mostra que os bens primários teriam menor elasticidade-renda que os bens industrializados, ou seja, a demanda dos primeiros cresce a uma velocidade menor que a dos últimos. Em outras palavras: dado que os bens manufaturados importados pelos países subdesenvolvidos têm maior elasticidade-renda do que as exportações (bens primários), haveria uma tendência à deterioração do balanço comercial da periferia, mesmo que tais países não buscassem fazer seu *catch-up*, ou seja, crescessem à mesma taxa do centro. Caso buscassem crescer mais aceleradamente para convergir sua renda com a do centro, a deterioração seria ainda maior. Essa tendência crescente só pode ser superada, inicialmente, pela redução do coeficiente de importação (substituição de importações) e, no médio prazo, se o país periférico conseguir concretizar uma agenda com maior participação de bens manufaturados, aumentando a elasticidade-renda das exportações pela expansão e diversificação destas. Este problema também se agrava, particularmente, em períodos de crescimento acelerado, nos quais a compra de bens de capital importados é muito expressiva.

Frente a esta situação, a solução para o subdesenvolvimento está na industrialização, mas em um processo de industrialização planejado pelo Estado. Para a abordagem estruturalista latino-americana, tanto tais questões externas quanto outras de ordem doméstica se constituiriam em obstáculos para o processo de industrialização. No *front* doméstico os obstáculos estão relacionados com a falta de poupança associada à baixa produtividade média das economias periféricas e ao “desperdício” do já limitado excedente em investimentos improdutivos e consumo supérfluo, como mencionado anteriormente, comprometendo a possibilidade de progresso na estrutura produtiva industrial.

Entretanto, em conjunto com tais princípios teóricos o pensamento da Cepal segue um método histórico e, portanto, dá grande ênfase às tendências que emergem do contexto de transição das economias subdesenvolvidas, primário-exportadoras, da América Latina, mais especificamente a partir de 1930, de um modelo de crescimento primário das exportações (“*hacia afuera*”) para um urbano-industrial (“*hacia adentro*”). A perspectiva estruturalista se coloca no centro das análises de tal objeto na busca de explicações de como se deu tal transição na direção de um modelo “*hacia adentro*”, considerando que o processo produtivo ocorreu em uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdado do período primário-exportador (BIELSCHOWSKY, 2000).

Este enfoque metodológico histórico-estrutural, baseado no argumento centro-periferia, permaneceu no pensamento da Cepal ao longo dos anos, ainda que, frente a mudanças históricas específicas e contextos ideológicos, sobre os quais se concentram as análises, houvesse a necessidade de ajustes de foco que permitissem oferecer interpretações relevantes com o passar dos anos.

De forma um pouco mais sintética e esquemática, no âmbito deste método histórico-estruturalista, é possível identificar os seguintes elementos analíticos duradouros que, segundo Bielschowsky (2000), constituem o pensamento da Cepal: a forma de integração internacional que molda a relação entre centro e periferia e a resultante situação de vulnerabilidade externa;

as condições estruturais internas (crescimento e progresso técnico e as relações entre eles, emprego e distribuição de renda); e a “análise das necessidades e possibilidades de ação estatal”.

3. Acumulação de capital, Lei de Say e poupança forçada

Como mencionado anteriormente, a conexão entre as ideias de Lewis e a Economia Política Clássica é bastante explícita e, pode-se dizer, necessária para os fundamentos da sua teoria do desenvolvimento. Nas economias com desemprego disfarçado, ou oferta de trabalho infinitamente elástica, os salários são uma variável exógena, como na teoria da Economia Política Clássica, e não são determinados pela oferta e demanda, de acordo com a escassez do fator trabalho. No entanto, a teoria de Lewis seria um caso particular da teoria neoclássica, a mesma opinião que Lewis tinha sobre a teoria keynesiana se aplicada a países subdesenvolvidos ou “países com mão de obra excedente (...) O keynesianismo é apenas uma nota de rodapé para o neoclassicismo – embora seja uma nota de rodapé longa, importante e fascinante”¹¹ (LEWIS, 1954, p. 401, tradução nossa). A nota de rodapé fascinante é o fato de que na teoria keynesiana (por razões diferentes no curto e no longo prazo) há também uma oferta ilimitada de “terra e capital”, o que para Lewis é uma razão para os economistas da oferta ilimitada de trabalho se voltarem à teoria clássica. É exatamente por isso que uma economia limitada pela oferta/poupança, e não pela demanda, deveria eliminar o seu dualismo através da acumulação de capital, o que criaria um ciclo virtuoso de desenvolvimento: dado o salário de subsistência, à medida que métodos mais produtivos/mecanizados são empregados, presume-se que a produtividade *per capita* aumentará e, portanto, os lucros e o investimento também aumentarão. A ligação entre lucros e investimento é direta, seguindo a Lei de Say. O processo termina com o esgotamento da oferta infinita de trabalho, ou com o retorno da escassez do fator trabalho.

¹¹ No original: “countries with surplus labour (...) Keynesianism is only a footnote to neo-classicism – albeit a long, important and fascinating footnote”.

A Teoria do Desenvolvimento seguiu este modelo amplo e pode ser encontrada em várias “encarnações”: o “arranco” de Rostow (1961) além do qual a economia se tornaria desenvolvida e alcançaria alguma “velocidade de cruzeiro” estável em termos de crescimento; o problema de coordenação e informação (sinalização de mercado) que seria superado pelo “*Big Push*” de Rosenstein-Rodan (1943), e o problema do consumo supérfluo, como em Nurkse (1951). Este autor identificou de fato que o padrão de consumo tinha um “papel contraditório”. Por um lado, o acesso a um padrão de consumo desenvolvido seria a principal característica das economias capitalistas ocidentais para afastar a população dos países subdesenvolvidos da “tentação” socialista. Mas, ao mesmo tempo, este padrão de consumo não seria compatível, em termos de poupança agregada, com um crescimento rápido e, assim, com o próprio desenvolvimento.

Se é clara a influência da Lei de Say na teoria clássica do desenvolvimento, o mesmo poderia ser dito sobre o estruturalismo latino-americano?

Uma forma de abordar esta questão é analisar o debate entre Nurkse e Furtado precisamente sobre o consumo conspícuo e o seu efeito no processo de desenvolvimento. Neste debate, Furtado, ainda que façamos algumas ressalvas importantes, não discorda de Nurkse. Contudo, uma forma mais explícita de apresentar a abordagem teórica de Furtado é, provavelmente, o seu modelo inicial de “subdesenvolvimento dentro do desenvolvimento”, que posteriormente se tornou um modelo estagnacionista. Sem desenvolver detalhadamente seu modelo, uma de suas principais características é a tendência da industrialização brasileira de avançar para setores industriais com maior relação capital/trabalho, dada a distribuição de renda, o que geraria menor taxa de crescimento. Claramente, este não é um modelo orientado pela demanda. A interpretação estagnacionista da primeira metade da década de 1960 é uma derivação de tal modelo, em que a necessidade de queda das taxas de lucro impõe algumas características especiais e hipóteses fortes. No entanto, mantém-se a ideia principal de que o crescimento é determinado por uma propensão exógena a poupar e pela razão capital/trabalho.

Vale notar que a mesma preocupação já estava presente em Prebisch (1949, p. 163) quando este autor aponta que o “problema” é que “na maioria dos países latino-americanos as poupanças são escassas”, enquanto as tecnologias modernas exigem níveis elevados de capital *per capita*, o que é um “problema” que não existia nas industrializações originais, quando as baixas taxas de poupança eram compatíveis com técnicas que demandavam menores taxas de capital *per capita*.

Perez Caldentey e Vernengo (2022) concordam com essa interpretação:

Embora seja verdade que Prebisch parecia abraçar a noção de excedente, possivelmente mais próxima da estrutura analítica dos autores clássicos e de Marx, ele o fez de uma forma que implicava a aceitação da lei de Say, a noção de que os lucros, ou poupanças, determinavam o potencial de acumulação ou o investimento¹² (p. 250, tradução nossa).

Também vale a pena notar que, segundo Perez Caldentey e Vernengo (2022, nota de rodapé 18), Prebisch (1981) também subscreve a ideia de que desperdícios nos padrões de consumo seriam inimigos da acumulação e do crescimento, o que, como apresentamos acima, é um elemento importante da teoria clássica do desenvolvimento, aceita e desenvolvida por Furtado, e que caracteriza uma economia com restrição de oferta/poupança, em vez de restrição de demanda.

Entretanto, uma mudança interessante aconteceu a partir da década de 1960. Autores estruturalistas latino-americanos passaram a adotar a teoria do crescimento e da distribuição de Cambridge, cujas origens remontam a Kaldor, Robinson e Pasinetti, para interpretar a dinâmica da acumulação¹³. Inserida em um debate sobre as condições necessárias à existência de uma trajetória de crescimento equilibrado, a teoria de Cambridge

¹² No original: “While it is true that Prebisch seemed to embrace the notion of the surplus, arguably closer to the analytical structure of Classical authors and Marx, he did it in a way that implied the acceptance of Say’s law, the notion that profits, or savings, determined accumulation potential, or investment”.

¹³ Furtado (1997, p. 327-332) escreveu sua obra mais conhecida, *Formação Econômica do Brasil*, enquanto estava em Cambridge, participando dos seminários dos mais importantes autores desta escola, como Kaldor, Robinson e Sraffa.

utiliza o aparato keynesiano do multiplicador e o princípio da demanda efetiva como fundamento de uma teoria da distribuição, determinando o nível de preços e a distribuição da renda, dando origem ao argumento da poupança forçada. É válido notar que, na formulação de Keynes e Kalecki para o princípio da demanda efetiva, o nível de produto real ajusta-se à demanda agregada para um determinado nível de preços de oferta. Contudo, na teoria de Cambridge, o princípio da demanda efetiva não é a base de uma teoria do produto e do emprego, uma vez que considera economias próximas do pleno emprego (como observado nos países avançados durante a *Golden Age*), mas, sim, de uma teoria da distribuição de renda.

A teoria de Cambridge considera a distribuição de renda como variável endógena e o investimento como autônomo, determinando o nível de capacidade produtiva para os períodos subsequentes. Além disso, a teoria baseia-se em duas hipóteses: (I) no longo prazo, os preços são flexíveis, variando na mesma direção que a diferença entre o grau de utilização da capacidade efetiva e o grau normal ou planejado de utilização da capacidade, e (II) a propensão marginal a poupar dos capitalistas é maior que a dos trabalhadores.

Estas duas hipóteses implicam que quando a demanda agregada está acima da capacidade produtiva normal, os preços tendem a subir, deslocando a distribuição de renda na direção dos lucros, o que, dado o nível de investimento, provocará uma redução do consumo total e, conseqüentemente, uma elevação da poupança (uma vez que a propensão marginal a poupar dos capitalistas é maior).

Assim, de acordo com a teoria do crescimento e da distribuição de Cambridge, partindo de uma situação em que a economia opera em plena capacidade, um aumento do investimento autônomo levaria a um excesso de demanda agregada sobre a oferta no longo prazo, o que, por sua vez, levaria a um aumento nos preços. Esta inflação de demanda comprime os salários reais, reduzindo o consumo dos trabalhadores e

transferindo renda para os capitalistas, aumentando a poupança. Este mecanismo de “poupança forçada” dos trabalhadores torna possível acomodar o novo (e mais elevado) nível de investimento, reduzindo o consumo dos trabalhadores, dado um determinado nível de produção¹⁴. Portanto, existe um *trade off* de longo prazo entre consumo e investimento e, tal como na teoria neoclássica e na teoria clássica tradicional da oferta, é a demanda agregada que se ajusta à capacidade produtiva, através de alterações nos preços e na distribuição. Note-se, no entanto, que, ao contrário do que postula a Lei de Say, o nível de investimento não depende da poupança, pelo contrário, determina-a (a propensão a poupar é determinada endogenamente), e a demanda agregada é independente do nível de produto.

A influência da teoria de Cambridge no pensamento estruturalista e desenvolvimentista na América Latina foi responsável pela ideia, apoiada por diversos autores, de que a falta de poupança nos países latino-americanos limitaria a manutenção de altas taxas de crescimento diante de um processo de industrialização em um curto período de tempo e de que, dada a relação capital-produto, a solução para aumentar a poupança seria o aumento da propensão marginal a poupar através da compressão da participação dos salários na renda (as poupanças forçadas dos trabalhadores)¹⁵. Assim, a tendência à inflação e à concentração de renda seria uma consequência inevitável do desenvolvimento econômico desses países¹⁶.

Nesse contexto, Tavares (1967) afirma que “a inflação se apresenta no caso brasileiro como um fenômeno solidário ao seu modelo histórico de desenvolvimento”, expondo claramente o argumento de que a ausência de uma

¹⁴ O mesmo mecanismo é válido ao contrário, quando há redução do investimento autônomo e, conseqüentemente, da demanda agregada.

¹⁵ Dentro desta abordagem, não só o setor privado, mas também o setor público capturaria as chamadas poupanças forçadas.

¹⁶ Para um levantamento mais detalhado sobre este tema, ver Bastos & Pereira (2014).

estrutura capaz de oferecer as poupanças necessárias ao investimento leva ao financiamento inflacionário¹⁷.

Furtado (1961) afirma que, com a industrialização, há uma transferência dos centros de decisão de grupos ligados ao setor externo para grupos ligados à indústria. Para manter o nível de emprego seriam necessárias fortes entradas de recursos externos, o que não ocorreu. Portanto, para garantir alta rentabilidade às indústrias, o processo de substituição de importações levaria inevitavelmente a uma espiral inflacionária¹⁸. Esse argumento foi retomado posteriormente (FURTADO, 1972), quando o autor afirma que o processo de modernização da economia brasileira exigia intensa capitalização, incompatível com o nível de renda médio de um país subdesenvolvido, resultando em uma redistribuição de renda em direção aos capitalistas em detrimento dos trabalhadores¹⁹.

Finalmente, o argumento da poupança forçada aparece claramente em Lessa (1982). Referindo-se ao “Plano de Metas”, o programa de industrialização do Brasil durante a década de 1950, o autor argumenta que, na ausência de financiamento voluntário, o processo de industrialização dependia do financiamento inflacionário²⁰, no qual as poupanças forçadas dos trabalhadores

¹⁷ “Numa primeira etapa, suas raízes estruturais emergem das modificações rápidas e profundas no aparelho produtivo que provocam uma demanda crescente por recursos financeiros sem a contrapartida de um desenvolvimento paralelo de estrutura financeira capaz de captar os fluxos necessários de poupança e de transferi-los por forma concentrada aos vários setores que lideravam o processo de expansão. A inflação apresenta-se, assim, como um mecanismo heterodoxo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital” (TAVARES, 1967).

¹⁸ “À falta de uma política coerente, as modificações estruturais necessárias foram realizadas através de uma sucessão de desequilíbrios que assumiram a forma de processos inflacionários. Não cabe afirmar que a inflação tenha sido necessária à industrialização. (...) Mas o que não resta dúvida é que a industrialização que se realizou apoiou-se na inflação. Esta última não foi exterior ao processo de industrialização: serviu-lhe de instrumento na remoção de obstáculos” (FURTADO, 1961, p. 243).

¹⁹ “A solução que se tem encontrado, consiste, na prática, em realizar a industrialização em benefício de uma minoria da população, o que, salvo casos excepcionais, restringe as dimensões do mercado, com reflexos negativos na produtividade industrial” (FURTADO, 1972, p. 11).

²⁰ “Na ausência de um esquema de financiamento voluntário, utópico em país subdesenvolvido, o esforço industrial postulado supunha, implicitamente, a formação de poupanças forçadas e a provável ativação dos mecanismos de propagação das pressões inflacionárias” (LESSA, 1982, p. 75).

eram capturadas para obter altas taxas de investimento²¹, em linha com a teoria de Cambridge²².

A visão da teoria de Cambridge e o mecanismo por trás da origem da poupança forçada têm elementos bastante improváveis. Primeiramente, um aumento do investimento autônomo, no longo prazo, expande a capacidade produtiva da economia, de forma que apenas no curto prazo poderíamos supor um excesso de demanda que chegasse ao limite da capacidade ociosa da economia, gerando um aumento de preços em relação aos salários. No longo prazo, este mecanismo só valeria se a economia tendesse constantemente ao excesso de demanda sobre a oferta. Outro ponto diz respeito à flexibilidade de preços no longo prazo. Diante de uma queda do investimento agregado não se espera que as empresas reduzam seus preços, aumentando o consumo e mantendo o pleno uso da capacidade. Este raciocínio seria válido se as empresas tivessem como objetivo principal a maximização da produção e não dos lucros. Na verdade, o mais adequado seria supor, ao contrário da visão de Cambridge, que os preços são determinados pela demanda no curto prazo e pelos custos no longo prazo, horizonte de tempo em que o nível de investimento e o produto potencial podem se adaptar. Assim, uma queda no investimento autônomo implicaria uma adaptação do nível de produto a um menor nível de demanda agregada, sem alterações nos preços. No entanto, de acordo com a teoria de Cambridge, neste caso, o produto permanece inalterado e os preços e margens de lucro caem.

Posteriormente, no Brasil, com o surgimento da chamada escola de Campinas (SERRANO, 2001), a teoria do crescimento e da distribuição de

²¹ “Durante o período do Plano de Metas buscou-se manter constantes os salários nominais, resistindo à concessão de reajustes, facilitando-se assim a captação de poupanças forçadas dos setores de rendas contratuais. (...) É evidente que o fator maior para o êxito desta política (de preços) foi a presença da oferta flexível de mão de obra sem elevado grau de organização sindical, porém, aquela política de preços explica parte do comportamento salarial, de indiscutível relevância na obtenção de altas taxas de investimento e na contenção, relativamente bem-sucedida, da exponencial inflacionária” (idem, p. 79).

²² “A resultante inflacionária, fruto da política econômica exposta, possibilitou a captação, pelo governo e empresas, de parcelas do acréscimo de produto da economia, via redistribuição regressiva de rendas” (idem, p. 84).

Cambridge foi abandonada como modelo teórico básico para explicar o crescimento e a acumulação no país (BASTO & D'ÁVILA, 2009).

4. Interpretações da inflação latino-americana

Outra contribuição original que o estruturalismo latino-americano desenvolveu, e o distingue da teoria do desenvolvimento dos anos 1950, são as interpretações sobre a inflação no continente. Estas ideias não tinham a intenção de se apresentar como uma teoria geral da inflação, mas, especificamente, como uma interpretação para a inflação latino-americana, novamente uma abordagem tendo como princípio as especificidades histórico-estruturais do continente. Como a Cepal era mais um *think tank* do que uma instituição acadêmica, essas ideias eram também uma tentativa de romper com a tradição ortodoxa, cujo remédio básico para a inflação eram as políticas contracionistas, que estavam em clara oposição às políticas de desenvolvimento, a pedra angular, ou o foco das políticas estruturalistas. O objetivo, portanto, era fornecer uma visão alternativa à tradição ortodoxa, que era vista como incapaz de explicar os processos inflacionários observados nas economias latino-americanas. Da mesma forma que as ideias diretamente ligadas à teoria do desenvolvimento, aqui os argumentos foram desenvolvidos com base na observação empírica e histórica, com os aspectos teóricos e formais, geralmente, tratados com menor precisão.

Diz-se que o mesmo Dr. Prebisch tirou de sua experiência como presidente do Banco Central da Argentina a conclusão de que “... o controle da inflação em nossos países requer diagnósticos específicos e não a adoção *tout court* de medidas relacionadas com expansão monetária e creditícia” (GAMBOA, 1978, p. 9). Desde o início da sua formulação, esta foi uma característica básica e importante da interpretação estruturalista latino-americana: a inflação seria um fenômeno particular, que deve ser estudado de acordo com o cenário institucional e histórico particular de cada país.

Portanto, dois pontos teóricos muito importantes caracterizam a interpretação estruturalista da inflação. A primeira é o contraste entre a necessidade de homogeneidade na teoria ortodoxa tradicional da inflação²³ e o papel crucial desempenhado pela heterogeneidade e pelas especificidades históricas/estruturais na visão estruturalista. Um segundo ponto é a ligação direta entre a inflação e os processos de desenvolvimento:

A hipótese de que a inflação é um problema inerente ao desenvolvimento econômico e, portanto, de natureza estrutural – e não um fenômeno monetário que depende da ação e da posição das autoridades monetárias – originou-se no início da década de 1950. O seu objetivo era explicar a ligação positiva entre crescimento e inflação, a persistência desta última e os resultados desfavoráveis dos programas de ajustamento ortodoxos da época²⁴ (CALDENTÉY 2019, p. 114, tradução nossa).

Outra característica básica da abordagem estruturalista da inflação é a existência de dois níveis de análise²⁵. Este ponto fica claro na obra de Aníbal Pinto (1978a, 1978b), um dos principais teóricos da Cepal. Ele diz que o que a análise “tradicional” considera como causas da inflação é apenas a expressão de causas mais profundas, ou desequilíbrios. É claro que a abordagem tradicional também se baseia no desequilíbrio fundamental entre oferta e demanda, seja no mercado de bens ou no mercado de trabalho. Contudo, o tipo de desequilíbrio analisado pela abordagem estruturalista é de natureza diferente e está diretamente relacionado com o desenvolvimento econômico e seus desequilíbrios naturais. A abordagem estrutural diz respeito aos descompassos entre a composição da demanda e da oferta, conforme mencionado por Caldentey (2019, p.112): “A inflação surge como a falta

²³ Ver Caldentey (2019, p. 126-132) para uma explicação da “homogeneidade” necessária em diferentes modelos de inflação marginalistas, desde a tradicional TQM até os recentes modelos novo-keynesianos.

²⁴ No original: “The hypothesis that inflation is a problem inherent to economic development and therefore of a structural nature —rather than a monetary phenomenon that depends on the actions and position of the monetary authorities— originated in the early 1950s. Its purpose was to explain the positive link between growth and inflation, the persistence of the latter and the unfavorable results of the orthodox adjustment programs of the time.”

²⁵ Este tipo de abordagem é provavelmente um reflexo de influência marxista sobre vários estudos ligados à Cepal.

de articulação entre as magnitudes da [oferta e da demanda]²⁶ (tradução nossa). A busca por tais fatores “estruturais” permitiu que vários autores examinassem as causas da inflação, que eram principalmente elementos de oferta, ou fatores que influenciavam a formação de custos, associados a um determinado nível de demanda setorial.

Em linha com a abordagem geral da Cepal mencionada acima, vários elementos que são fatores estruturais para explicar a inflação também desempenham um papel importante como problemas ou barreiras ao desenvolvimento econômico. O primeiro elemento de que trataremos são desequilíbrios inerentes ao rápido crescimento econômico. Apesar de este “crescimento desequilibrado” ter propriedades dinâmicas positivas, como salientou Albert Hirschman no seu modelo (TONER, 1999, capítulo 4), tais desequilíbrios setoriais resultariam em eventuais aumentos de custos, mesmo com a economia operando abaixo do pleno emprego. Este elemento tem grande importância dentro da tradição estruturalista. O artigo escrito por Oliveira (1964) demarca a interpretação estruturalista dentro destes limites bastante rígidos, ou ao que a abordagem se refere como desequilíbrios estruturais decorrentes de rigidez em setores econômicos específicos. A ideia não era nova, pois podia ser encontrada até mesmo na Teoria Geral de Keynes, e foi explorada e recebeu desenvolvimentos teóricos adicionais por Hicks²⁷. O que os autores estruturalistas e particularmente Oliveira (1964) propuseram foi relacionar tais rigidezes nas economias da América Latina, que por isso estariam propensas a apresentar inflação sustentada, com o processo de crescimento que caracteriza os países em desenvolvimento. O mesmo problema não seria encontrado nem em sociedades muito primitivas,

²⁶ No original: “Inflation emerges as the lack of articulation between the magnitudes of [supply and demand]”.

²⁷ No capítulo 21 da *Teoria Geral*, no qual desenvolve a sua teoria dos preços, Keynes reconhece que “... algumas mercadorias atingirão uma condição de oferta inelástica enquanto existirem recursos desempregados disponíveis para a produção de outras mercadorias” (Keynes, 1936, p. 296, tradução nossa) [No original: “... some commodities will reach a condition of inelastic supply whilst there are unemployed resources available for the production of other commodities.”]. Esta ideia, que mostra a possibilidade de inflação de demanda abaixo do pleno emprego, depende logicamente da hipótese de alguma rigidez de preços, ou de que quando alguns preços sobem outros preços não caem, resultando nesta assimetria no aumento do nível geral de preços, ou em uma taxa de inflação positiva. Para a discussão sobre a necessidade lógica da existência de alguma rigidez de preços para baixo em uma explicação para uma inflação desta natureza, ver Oliveira (1964, p. 323-327). Ramos (1986, p. 55) também discute esse ponto com mais detalhes e apresenta um modelo formal com tais características.

onde os preços flutuam livremente, nem em sociedades “avançadas”, onde se encontraria um grande grau de mobilidade de fatores. Nas nações em desenvolvimento observava-se “... uma medida escassa de mobilidade de fatores ...[e] ... uma quase completa flexibilidade para baixo dos preços nominais”²⁸ (OLIVEIRA, 1964, p. 331, tradução nossa)²⁹.

Um exemplo de desequilíbrio setorial específico, repetidamente apontado pelos autores estruturalistas como o mais importante, é o gargalo no setor agrícola, ou, especificamente, na produção de alimentos direcionados ao consumo interno. Naturalmente, a relevância deste problema dependerá das especificidades de cada país (como seu tamanho e estrutura, por exemplo). Mas, apesar dos detalhes específicos, podemos identificar alguns elementos comuns em toda a América Latina. Primeiro, temos o papel histórico desempenhado pela agricultura de exportação. Esta atividade econômica tradicional deixou como herança uma estrutura agrária específica, que combinava grandes explorações agrícolas, dedicadas às culturas de exportação, geralmente localizadas em zonas com melhores solos, e pequenas e ineficientes unidades produtoras de bens agrícolas para consumo interno. Esta dupla estrutura é considerada uma pesada herança colonial que dificulta o crescimento da produtividade neste último segmento³⁰. Com o

²⁸ No original: “... a scant measure of factor mobility ...[and] ... an almost complete downward flexibility of money prices”.

²⁹ Dada a definição limitada de Oliveira de inflação estrutural e o seu carácter bastante convencional (um argumento de existência de muitas imperfeições ou rigidezes), descobrimos que a sua contribuição não é o tipo de desenvolvimento que segue diretamente a linha evolutiva que estamos traçando aqui. No entanto, o seu trabalho tem a vantagem de especificar claramente seus argumentos e não “empilhar” variáveis explicativas concorrentes, ou fatores econômicos que explicariam a inflação latino-americana.

³⁰ Este elemento foi extremamente relevante na década de 1950, quando o processo de industrialização estava em seus primórdios em vários países latino-americanos. Poucos países, como o Brasil e o México, tiveram algum grau de sucesso neste processo e puderam experimentar uma diversificação na sua composição exportadora. Por outro lado, deve-se notar também que no caso brasileiro, pelo menos, novas culturas de exportação, como a soja, foram introduzidas com sucesso. O avanço de novas culturas de exportação acrescenta mais pressão à utilização de melhores solos pelas culturas alimentares de demanda doméstica. Um elemento extra que foi observado no Brasil é que o mecanismo de depreciação cambial acionou um mecanismo inflacionário interessante: o aumento da remuneração do setor agroexportador devido às desvalorizações cambiais determinou uma espécie de custo de oportunidade do uso da terra, que, por sua vez, foi levado em consideração na determinação dos preços dos produtos agrícolas direcionados ao mercado interno.

processo de urbanização e industrialização ocorre um aumento substancial na demanda por alimentos que não é prontamente atendida pela produção agrícola, devido à sua estrutura arcaica e ineficiente. Basicamente, a estrutura agrária é tal que a produção de alimentos tem baixa produtividade e não é capaz de responder prontamente a um aumento da demanda.

Levando em consideração que os alimentos representam uma parcela considerável do salário real dos trabalhadores³¹, era de se esperar que os trabalhadores reivindicassem a indexação de seus salários à variação de tais preços. Portanto, através do mecanismo de indexação salarial, este impulso inicial aos custos seria transmitido ao resto da economia (incluindo setores nos quais os produtos agrícolas não eram fatores de produção diretos)³².

Um segundo ponto, e para os nossos propósitos mais relevante, levantado pelos primeiros autores estruturalistas é a relação entre as condições externas e a inflação. Como foi dito antes, a economia política da Cepal centrou a sua atenção no desenvolvimento e mais especificamente nas restrições externas ao crescimento. A tendência para déficits persistentes na conta corrente implicava a necessidade de desvalorizações cambiais recorrentes, consequência direta da falta de reservas para a realização de operações no mercado de câmbio. A desvalorização cambial desencadearia então a espiral custo-preço, e qualquer tentativa de travar este processo, mantendo a taxa de câmbio nominal constante, seria muito difícil, devido à existência de desequilíbrios externos muito persistentes.

Este argumento pode ser encontrado de uma forma ou de outra no trabalho dos autores que reunimos nesta subseção. Sunkel (1958, p. 581), por exemplo, utiliza a experiência chilena para discutir o baixo poder de compra da economia chilena, que não gerava receitas suficientes para atender às crescentes necessidades de importação, forçando, portanto, uma desvalorização cambial³³.

³¹ O atraso dos países latino-americanos fazia com que a participação dos alimentos na cesta de consumo dos trabalhadores fosse elevada em relação aos países mais desenvolvidos, e mesmo quando comparada com os atuais padrões dos mesmos países latino-americanos.

³² Para o desenvolvimento formal de modelos baseados no problema agrícola, ver Ramos (1986).

³³ Encontramos em Pinto (1978a, p. 27-28) o mesmo argumento expresso numa perspectiva mais geral, ou não restrita a um país específico.

A linha de raciocínio que liga a desvalorização cambial e a inflação nesta tradição é normalmente estabelecida como resultado de uma tendência ao desequilíbrio externo que deve ser eliminada pela industrialização. Contudo, pode ser tomada também como um mecanismo geral que explica a inflação, não exclusivamente como uma tendência, mas quando, por razões inesperadas, há uma mudança abrupta nas condições externas³⁴.

Esta sequência, que fazemos para fins expositivos, encontra na literatura um vínculo com a obra de Felipe Pazos³⁵.

Poderíamos dizer que Pazos forneceu um dos tratamentos mais sofisticados dentro da abordagem estruturalista. Em primeiro lugar, o autor rejeita qualquer relação direta e persistente entre a aceleração da atividade econômica e a inflação. Pelo contrário, afirma que esta causalidade pode normalmente ocorrer na direção oposta, e mostra que as distorções induzidas no sistema econômico pela inflação persistente (e elevada) são elementos que normalmente “desencorajam a produção e dificultam o crescimento econômico”³⁶ (PAZOS, 1972, p. 37, tradução nossa)³⁷. Ele também usa o conceito

³⁴ É exatamente isso que Pazos (1972) faz quando explica o aumento inflacionário dos anos 80 devido à deterioração exógena – ou não, dependendo da dinâmica da economia latino-americana – das condições externas de 1975-81 e de 1982-87. Ele mostra que há uma queda na entrada média anual de recursos para a América Latina de US\$ 30,4 bilhões, o que representou 3,6% do PIB da região e 22,7% de suas receitas de exportações. Do ponto de vista da inflação, a contrapartida desta queda na entrada de recursos externos é a progressão da taxa média de inflação na América Latina. De 1981 a 1985 a evolução da taxa média anual de inflação latina foi de 57, 85, 130, 185 e 274% (PAZOS, 1982, p. 945-946).

³⁵ Pazos era de certa forma menos famoso até mesmo entre os economistas latino-americanos. Uma das possíveis razões poderia ser o fato de não ter trabalhado diretamente para a Cepal. De acordo com uma breve nota biográfica no seu livro *Inflação Crônica*, trabalhou para a Aliança para o Progresso, foi chefe da Divisão Latino-americana do FMI e consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Recentemente podemos notar uma espécie de reconhecimento tardio internacional, já que suas obras são encontradas em referências bibliográficas de autores como Rudiger Dornbusch e Michael Bruno. Mais importante ainda, parece que o seu trabalho influenciou o economista brasileiro Mario Henrique Simonsen, o economista que propôs a fórmula de ajustamento salarial adotada pelo plano de estabilização do regime militar em 1965. Ecos da sua abordagem inercialista puderam ser encontrados também no trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na década de 1980 (BASTOS e NETO, 2015).

³⁶ No original: “discourage production and hinder economic growth”.

³⁷ Nesta citação o autor refere-se especificamente à distorção cambial, que é uma distorção fundamental na sua opinião. Apesar de enfatizar o papel da taxa de câmbio, a sua proposta é bastante genérica.

de economias e deseconomias de escala como argumento para apoiar sua crítica à direção usual da causalidade^{38/39}.

Observando a inflação persistente e estável ao longo do tempo, Pazos desenvolveu a ideia de inflação “inercial”^{40/41}. Entretanto, tão importante quanto esta observação sobre a conexão específica de preços e custos é a percepção

³⁸ Ao criticar as políticas contracionistas, ele diz: “Quando a demanda agregada aumenta proporcionalmente menos do que o aumento inercial dos custos, as empresas restringem as vendas e a produção em vez de permitirem uma redução nos seus lucros por unidade de produção, aumentando os preços menos do que os custos. À medida que as vendas diminuem, os custos por unidade de produção aumentam, dando assim um impulso adicional aos preços” (PAZOS, 1972, p. 135, tradução nossa). [No original: “When aggregate demand increases proportionately less than the inertial rise in costs, enterprises restrict sales and output rather than permit a reduction in their profits per unit of output by raising prices less than costs. As sales go down, costs per unit of output go up, thus giving a further push to prices”].]

³⁹ Outra importante contribuição deste autor foi sugerir, com base na evidência empírica de 1950 a 1970, que o nível de investimento não está diretamente correlacionado com a inflação em nenhum sentido. De acordo com o autor: “É claro que os números sobre o investimento fixo ... não se correlacionam estreitamente com as taxas de inflação; portanto, eles não corroboram as ideias mais frequentemente defendidas sobre a relação entre as duas séries. Nem os números fundamentam a teoria de que a inflação facilita o financiamento de um elevado volume de investimento, forçando o aumento da poupança, nem a ideia de que mantém o investimento baixo, desencorajando a poupança voluntária” (PAZOS, 1972, p. 41, tradução nossa) [No original: “It is clear that the figures on fixed investment ... do not correlate closely with the rates of inflation; hence they do not support the ideas most frequently held regarding the relationship between the two series. Neither do the figures substantiate the theory that inflation facilitates the financing of a high-level volume of investment by forcing up savings, nor the idea that it keeps investment down discouraging voluntary savings”].]

⁴⁰ É interessante notar nesta citação que ele ainda utiliza a palavra inércia evocando o conceito da física para justificar o termo que utiliza ao longo de seu livro: “Através do mecanismo de reajustes defasados descrito acima, o aumento dos salários e de outros custos mantém a inflação em movimento como se seguisse a primeira lei do movimento de Newton. Para continuar, a inflação não precisa de impulsos externos vindos de forças expansionistas autônomas. Além disso, pode resistir às pressões deflacionárias, que afetam mais a atividade econômica real do que os preços. Os preços e os salários movem-se pela sua própria interação, tendendo, através da inércia, a manter as suas taxas de aumento” (PAZOS, 1972, p. 89, tradução nossa). [No original: “Through the mechanism of lagging readjustments described above, the increase in wages and other costs maintains inflation moving as if it followed Newton’s first law of motion. In order to continue inflation does not require outside impulses from autonomous expansionary forces. Furthermore, it can resist deflationary pressures, which affect real economic activity more than prices. Prices and wages move by their own interaction, tending through inertia to keep their rates of increase”].]

⁴¹ Noyola Vasquez (2000 [1957]) se refere a mecanismos de propagação em relação ao “mecanismo dos reajustes de preços e da renda” (p. 296). Para o autor a “inflação depende, primordialmente, da magnitude das pressões inflacionárias básicas e, secundariamente, da existência de mecanismos de propagação e da ação desempenhada por eles”. Quando trata do caso específico do Chile, Noyola Vasquez menciona a forte organização sindical, que “conseguiu, até certo ponto, defender a participação dos assalariados na renda nacional” (p. 301), criando assim uma inércia ao choque inicial de custos. Ainda que em seus elementos de propagação Noyola Vasquez inclua, por exemplo, aspectos fiscais, é justo identificar este autor como tendo, ainda que de forma menos explícita que Pazos, proposto mecanismos de inercialização para explicar as altas inflações na América Latina. Os autores agradecem ao Prof. Ricardo Bielschowsky por lhes apontar esse elemento da abordagem estruturalista para a inflação.

de que as políticas tradicionais destinadas a conter a demanda afetariam mais as quantidades do que os preços.

Destacamos, por fim, outros dois pontos nos quais podemos confirmar a originalidade da obra de Pazos entre os pioneiros da tradição estruturalista, antecipando vários aspectos importantes, mais bem desenvolvidos posteriormente. Primeiro, ele reconhece o papel central (e não apenas um entre outros) desempenhado pela desvalorização cambial na dinâmica da inflação quando diz que “... acelerações rápidas estão frequentemente associadas a crises cambiais”⁴² (PAZOS, 1972, p. 136, tradução nossa). Em segundo lugar, tem uma visão clara do papel da indexação numa economia propensa à inflação e as conexões entre preços, câmbio e juros. Neste sentido, ele afirma que quando se adota um sistema de *crawling peg* numa situação inflacionária:

Os ativos estrangeiros tornam-se assim uma proteção não especulativa perfeita contra a inflação. Para evitar a colocação de saldos líquidos excedentes em moedas estrangeiras, as autoridades financeiras teriam de criar ativos financeiros de curto prazo com um rendimento não inferior ao dos ativos estrangeiros, ou seja, taxas de juro de curto prazo no exterior mais a taxa de inflação interna⁴³ (PAZOS, 1972, p. 61, tradução nossa).

Esta breve exposição da abordagem estruturalista da inflação mostra alguns dos seus pontos fortes e fracos. Em primeiro lugar, como mencionamos, foi um “avanço” tanto em termos teóricos como políticos, no que diz respeito à abordagem ortodoxa convencional. Em termos teóricos, foi integrado em uma teoria do desenvolvimento e permitiu abordar a inflação do lado da oferta, ou dos custos. Em termos políticos, pode ser usado em oposição a uma “receita” única para todas as políticas de estabilização, quais sejam,

⁴² No original: “... rapid accelerations are usually associated with exchange crisis.”

⁴³ No original: “Foreign assets thus become a perfect nonspeculative hedge against inflation. In order to prevent the placement of surplus liquid balances in foreign currencies, financial authorities would have to create short-term financial assets with a yield not lower than foreign assets, i.e., short-term interest rates abroad plus the rate of domestic inflation.”

políticas monetárias e fiscais contracionistas, que teriam restringido o projeto desenvolvimentista, uma vez adotadas.

Deve-se notar que embora tenha seguido a metodologia histórico-estrutural da Economia Política Clássica, em termos puramente “teóricos”, o fato de a abordagem estruturalista não utilizar a teoria quantitativa é um grande distanciamento do princípio teórico fundamental desta abordagem.

Contudo, ainda que bastante inovadora e relevante em vários aspectos políticos, a abordagem estruturalista tem a mesma fraqueza da teoria do desenvolvimento em geral: é um caso particular a ser utilizado em situações históricas específicas e não uma teoria com alto grau de generalidade, embora possa ser utilizada com a atenção necessária para situações históricas específicas. Esta fraqueza é agravada pela interpretação dos fatores de propagação que pensamos poderiam ser enganosos e bastante destrutivos para as novas ideias levantadas por esta abordagem. Esta crítica será analisada com mais detalhes na seção de considerações finais que se segue.

5. Uma tentativa de síntese: considerações finais

É importante neste ponto recapitular diversas questões relacionadas à abordagem estruturalista latino-americana e à teoria do desenvolvimento. Primeiro, ambas, ao se desvincularem da Teoria Marginalista, são capazes de proporcionar uma compreensão muito mais abrangente e esclarecedora e, conseqüentemente, podem ser utilizadas como base para políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O vazio teórico devido ao distanciamento da teoria marginalista foi preenchido com recurso à Economia Política Clássica. Contudo, por mais importante que tenha sido, a Teoria do Desenvolvimento, inclusive para se afirmar como tal, tornou-se um modelo “provisório”. Os salários exógenos da teoria clássica, que são influenciados por diversas forças sociais e históricas, e não pela oferta e demanda, só são válidos enquanto houver uma oferta ilimitada de trabalho, o que é consequência do mercado de trabalho

dual. À medida que a capitalização da economia progride, mais trabalhadores serão atraídos para o setor formal ou “moderno” e, uma vez instalada a escassez de mão de obra, estaremos de volta ao modelo marginalista convencional, o modelo de crescimento de Solow. Isso também vale para as externalidades, ou imperfeições do mercado. As economias subdesenvolvidas são propensas a estas imperfeições, o que justificaria uma maior intervenção governamental para resolver problemas de informação, coordenação e “externalidades pecuniárias”. Mas, uma vez que o país avance, estas externalidades deixariam de existir, ou atingiriam o nível “normal” dos países desenvolvidos, o que implica intervenção específica e não abrangente por parte das políticas públicas.

Neste artigo tentamos mostrar que o estruturalismo latino-americano proporciona uma compreensão muito mais profunda tanto do subdesenvolvimento quanto dos processos de desenvolvimento, centrando-se nos elementos estruturais de uma formação econômica particular, cuja expressão está historicamente condicionada. Além disso, tem no seu cerne a análise centro-periferia, que incorpora elementos geográficos e geopolíticos cruciais para compreender elementos fundamentais da dinâmica da economia, como as diferentes formações sociais, a divisão internacional do trabalho e, em seguida, os padrões comerciais, o maior ou o menor acesso aos fluxos financeiros e ao progresso técnico. Neste artigo procurou-se, também, analisar como a tradição estruturalista vai mudando um pouco, especificamente nos anos 1960, seu modelo de acumulação, especificamente no que diz respeito à relação poupança-investimento.

Em um ponto específico a tradição estruturalista tem um claro avanço em relação à teoria tradicional do desenvolvimento: a abordagem estruturalista da inflação na América Latina. Na verdade, o diagnóstico sobre a inflação no continente é responsável pelo próprio termo “estruturalista” e, em linhas gerais, é uma crítica à abordagem de excesso de demanda agregada, entendendo que o processo de desenvolvimento cria gargalos, ou incompatibilidades entre o crescimento de oferta e a expansão das demandas setoriais.

Embora se possa identificar nisto um avanço importante em comparação com a ortodoxia da época, e um avanço com implicações políticas bastante importantes, a interpretação ainda apresenta algumas deficiências que podem ser contornadas à luz da teoria heterodoxa contemporânea.

O desenvolvimento da teoria heterodoxa da inflação baseada no conflito distributivo (LAVOIE, 2014, c. 8, e STIRATI, 2001) permite-nos modernizar a visão estruturalista, deixando de tratar a inflação latino-americana como um caso particular. Na verdade, à medida que os países deste continente avançavam nos seus processos de industrialização, a visão estruturalista de restrição persistente da oferta tornou-se menos relevante. Neste contexto, Bastos, Bastian e Bielschowsky (2022) abandonam, para o caso brasileiro, o tratamento da teoria da inflação latino-americana como um caso particular em que os elementos da oferta não reagem à demanda e incluem estes avanços recentes na interpretação heterodoxa da inflação, mostrando que, em uma economia aberta e periférica, os choques exógenos, ou seja, as restrições externas, e em particular os problemas de inserção financeira, são o fatores mais importantes para explicar processos inflacionários.

Outra questão importante diz respeito à acumulação de capital. Mostramos que tanto a teoria estruturalista como a do desenvolvimento recorrem à Lei de Say da Economia Política Clássica. Diferenciando estas abordagens, defendemos que a partir dos anos 1960 vários autores da tradição estruturalista passaram a utilizar a chamada teoria de distribuição keynesiana de Kaldor. Entretanto, mesmo adotando esse novo modelo, defende-se uma limitação de poupança, dada a expansão do gasto em investimento, a qual seria suprida pela criação de poupança forçada através de um processo inflacionário. Tais interpretações relacionadas à Lei de Say, ou de maneira mais ampla a restrição de poupança, foram superados, de maneira até mesmo mais formal, a partir da década de 1990 com o debate heterodoxo sobre modelos de crescimento baseados no princípio da demanda efetiva. Podemos citar os modelos neokaleckianos (LAVOIE, 2014, cap. 6) e o modelo do Supermultiplicador Sraffiano (SERRANO, 1995; FREITAS e SERRANO,

2015), em que o crescimento econômico é impulsionado pelo crescimento das componentes da despesa autônoma.

Portanto, a teoria heterodoxa latino-americana contemporânea se beneficia do legado deixado pela literatura estruturalista, que considera elementos sociais e geoeconômicos na análise, mas também pode e deve incorporar os avanços teóricos e as contribuições das últimas décadas, que superam limitações das teorias do desenvolvimento e estruturalista, como a adoção da Lei de Say e o tratamento da inflação no continente como um caso teórico particular. Mais do que um caso particular, acreditamos que os avanços teóricos na tradição heterodoxa latino-americana podem ter o efeito de polinização cruzada, contribuindo para a análise e compreensão de outros casos ao redor do mundo.

Referências

- BASTOS, C. P.; BASTIAN, E. F.; BIELSCHOWSKY, R. Some stylized facts on external shocks and inflation upsurge in Brazil, 1951-1985. *Nova Economia*, 32(3), 719–742, 2022 <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7140>
- BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2010
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 2, p. 173-199, 2009
- BASTOS, C. P.; NETO, M. Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ. *Revista Econômica*, p.244, 2015
- BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Revisitando o debate Nurkse-Furtado na década de 1950. *Revista De Economia Contemporânea*, 24(3), 2020 <https://doi.org/10.1590/198055272436>.
- BASTOS, C. P.; PEREIRA, B. R. Revisão crítica da hipótese da ocorrência de poupança forçada entre 1956 e 1963. Discussion Paper 026/2014, IE-UFRJ, 2006
- BHARADWAJ, K. *Classical political economy and rise to dominance of supply and demand theories* (2., rev. ed.). London: Sangam Books, 1986
- BIELSCHOWSKY, R. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal — uma resenha”. In R. Bielschowsky (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal*, v. 1, Cepal-Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. In: *Brasil y Chile, una mirada hacia América Latina*, Santiago de Chile: RIL editores, 2006.
- CALDENTEY, E.; VERNENGO, M. Varieties of peripheral capitalism: on the institutional foundations of economic backwardness. *Review of Keynesian Economics*. v.10, n. 2, p. 242-263, 2022
- FREITAS, F.; SERRANO, F. “Growth, Distribution and Effective Demand: The Supermultiplier Growth Model Alternative”, *Review of Political Economy*, 27 (3), p. 258–281, 2015
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961
- FURTADO, C. *Análise do ‘modelo’ brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1997
- GAMBOA, R. R. Apresentação. In: PINTO, A.; ASSAEL, H.; DEL PRADO, A. N.; MARINHO, L. C. (ed.). *Inflação Recente no Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Graal, 1978
- GAREGNANI P.; PETRI, F. Marxismo e teoria econômica hoje. In: *História do Marxismo, XII: O Marxismo hoje*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*, Yale University Press, New Haven, 1958
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*. Tradução: Mário R da Cruz. Editora Atlas, 1982 [1936]
- LAVOIE, M. *Post-Keynesian Economics: New Foundations*, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, UK, 2014
- LESSA, C. *15 Anos de Política Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982
- LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School of Economic and social*, 22, 139-191, 1954

- NOYOLA VÁSQUEZ, J. F. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. Re-editado em BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – volume I*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1957]
- NURKSE, R. Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia*. Re-editado em *Memórias do Desenvolvimento*, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, n. 1, ano 1, jun. 2007[1951]
- OCAMPO, J.; PARRA-LANCOURT, M. The Terms of Trade for Commodities in the Twentieth Century. *CEPAL Review*. 79. 10.18356/b547f0b6-en, 2004
- OLIVEIRA, J. H. G. On Structural Inflation and Latin-American 'Structuralism'. *Oxford Economic Papers*. November 1964, pp. 321-332, 1972
- PAZOS, F. *Chronic Inflation in Latin America*. New York: Praeger Publishers, 1972
- PINTO, A. Raízes estruturais da inflação na América Latina. In: PINTO, A.; ASSAEL, H.; DEL PRADO, A. N.; MARINHO, L. C. (ed.). *Inflação Recente no Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Graal, 1978a
- PINTO, A. Uma visão latino-americana da inflação nos países industrializados. In: PINTO, A.; ASSAEL, H.; DEL PRADO, A. N.; MARINHO, L. C. (ed.). *Inflação Recente no Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Graal, 1978b
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos do pensamento na Cepal*. [S. l.]: Record, 2000[1949]. V. I.
- PREBISCH, R. *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems*, New York, United Nations, 1950
- PREBISCH, R. **Economic Survey of Latin America 1949**, New York, United Nations Department of Economic Affairs, 1951
- RAMOS, C. A. *Agricultura e Inflação: A Abordagem Estruturalista*. Rio de Janeiro: BNDES, 1986.
- RODRIGUEZ, O. *O Estruturalismo Latino-americano*. Tradução: Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. *Economic Journal* 53 (210/211): 202–211, 1943
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não comunista*. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1961
- SERRANO, F. Long Period Effective Demand and the Sraffian Supermultiplier, *Contributions to Political Economy*, vol. 14, pp. 67-90, 1995
- SERRANO, F. Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- SERRANO, F.; MAZAT, N. Quesnay and the analysis of the surplus in an agrarian capitalist economy. *Discussion Paper* 30/2016, IE-UFRJ, 2016
- SERRANO, F.; MEDEIROS, C. O Desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2 (94), abr./jun 2004
- SINGER, H. W. *Relative Prices of Exports and Imports of Under-developed Countries: A Study of Post-war Terms of Trade between Under-developed and Industrialized*. United Nations Department of Economic Affairs, New York, 1949
- SINGER, H. W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, 40(2), 473–485, 1950 <http://www.jstor.org/stable/1818065>
- STIRATI, A. Inflation, Unemployment and Hysteresis: An alternative view. *Review of Political Economy*. 13. 427-451, 2001 DOI 10.1080/09538250120099944.

SUNKEL, O. La inflación chilena: un enfoque heterodoxo. *El Trimestre Económico*, v. 25, n. 4, oct./dic. 1958

SYRQUIN, M. Patterns of Structural Change. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T.N. (eds). *Handbook of Development Economics*, Elsevier, New York, 203-273, 1988

TAVARES, M. C. Notas sobre o financiamento de uma economia em desenvolvimento: o caso do Brasil, 1967. In TAVARES, M.C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1975

TONER, P. *Main currents in cumulative causation: the dynamics of growth and development*. St. Martin's Press, INC. New York, 1999